

# O ESTADO CIVIL DAS CONTRADIÇÕES E SEU ESTADO NO MUNDO CIVIL – O POBRE, A LITERATURA, O NACIONAL E O COSMOPOLITISMO

Luis Eustáquio Soares

**Resumo:** Apoiando-me na base da pirâmide material e simbólica, vale dizer, no pobre, ao mesmo tempo em que apresento palavras, idéias e conceitos que inscrevem a nova vulgata pós-moderna, tais como globalização, desfronteiração, minorias, local, fragmentação, substituo-as por aquelas outras que deixaram de ser ditas, escritas e refletidas – não por acaso, é claro -, como dominação, sujeição, opressão, luta de classes. Assim fazendo, construo a base para pensar a relação entre literatura e o cosmopolitismo do pobre, com a preocupação de não estetizar e culturalizar a pobreza, como é o mais comum nos tempos atuais.

**Palavras-chave:** culturalização, pobre, mundialização, pós-moderno

Num mundo como o nosso, o território - geometria de identidades estanques -, delimitado pela tradição religiosa, familiar, político-ideológica, histórica, estética, nacional, “deslocaliza-se” de sua dimensão auto-referencial, supostamente soberana – porque nunca o foi - e entra em crise; está em crise.

Será que a escrita do território, daquele que está territorializado sexualmente, nacionalmente, etnicamente, não mais distribui e determina as significações subjetivas mais agônicas, as quais constituem sujeitos sem fronteiras, *desfronterizados*?

Um sujeito *desfronterizado*, entretanto, é mais a enunciação de um desejo que a sua realização. Talvez seja mesmo um indício de que o limite das fronteiras esteja se contraindo, e não se expandindo. Entretanto, a enunciação de um desejo constitui um modo particular de realizá-lo.

Nesse sentido, de algum modo, o sujeito está se *desfronterizando*, uma vez que a sua referência, cada vez mais, deixa de se fazer no lugar, passando a se constituir pelo lugar. É no trânsito pelos lugares do outro que as fronteiras erguidas (de modo homogêneo) pelas *comunidades imaginárias* (ANDERSON: 1989, p.14)- nacionais, religiosas, étnicas - vão perdendo seu mitológico estatuto de referência compulsória, abrindo-se para a descoberta de novos lugares, novas subjetividades, novas fronteiras.

A propósito, em *A natureza do espaço*, Milton Santos salienta:

O espaço é o dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa noção por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado (...) Quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta. A consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história. (SANTOS: 1997, p. 214)

Se, conforme Milton Santos, o espaço passa a ser o dado fundamental da descoberta do outro, por outro lado, o tempo, sobretudo sob a forma de memória histórica, perde parte de seu estatuto de referência subjetiva. Descobrir espaços é apreender novos ritmos para o tempo, ancorando-o em lugares de presentes inconclusos, seja porque não mais referendados na memória do passado, seja porque não mais projetados na esperança de que o futuro homogeneize as contradições, que o passado, ou os passados, nos legaram.

Entretanto, quanto mais o espaço for habitado pela memória de narrativas lineares, teleológicas e auto-mistificadoras, menos suporte tal espaço inspirará para a emergência de descobertas. Em termos geopolíticos, o espaço central, vincado pelo egocentrismo de sua constituição (no tempo), detém menos possibilidades de produzir singularidades; de desfronteirizar-se.

Por outro lado, o espaço periférico, por sua heterogeneidade, por sua memória inconclusa, sempre por se fazer, “ganha um acento positivo, que vem de seu papel na produção da nova história (SANTOS: 1007, p.214)”. A operação de *des-cobrimto*, de diferentes modos de experimentar a si e ao mundo, portanto, está em relação direta com o valor simbólico-histórico de um corpo, suporte espacial de subjetividades.

E as referências para se medir o grau de valor *aurático* de um corpo escrito ( todo espaço é um corpo escrito) são inúmeras, e dependem, sobretudo, da lógica *hermenêutica*<sup>1</sup> de tal ou qual corpo. Se for um corpo

<sup>1</sup> Estou empregando a palavra *hermenêutica* do modo como é trabalhada por Fredric Jameson, isto é, como uma relação implicante entre um dentro e um fora, entre um texto e o mundo; uma mônada e o universo. Também, apoiando-me em Jameson, quero usar, aqui, a palavra *hermenêutica* provocativamente. Assim, se, na pós-modernidade, a relação *hermenêutica* entre dentro e fora perde seu estatuto de referência, talvez seja uma boa idéia pensar hermeneuticamente. Cf. JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, p.40.

geográfico-social, uma referência possível é a localização politico-geográfica desse corpo: centro ou periferia, por exemplo. Se for um corpo verbal, uma referência plausível, a meu ver, poderia ser estatística, seu valor de uso, sua inscrição - ou não - no quadro dos clichês atuais.

Sob esse aspecto, a palavra *desfronteirização*, pelo menos no campo acadêmico, adquiriu um valor de uso surpreendente. Empregá-la não só demarca, na partilha simbólica dos saberes, a posição sócio-cultural do falante - ou teórico -, mas sobretudo - considerando os contextos mais comuns em que tal vocábulo aparece - constitui uma forma de inscrever a sua posição político-ideológica em relação, por exemplo, à interação entre literatura e mundialização.

Não é pertinente, portanto, afirmar, simplesmente, que estamos num mundo supostamente mundializado, desfronteirizado, uma vez que, para além do soar bonito da moda, é preciso ter em mente que, na partilha dos corpos, estes se intercambiam segundo implicações políticas, estéticas, sexuais, éticas, cujo alcance põe em jogo posições relativas ao universo do que Milton Santos chamou de *lei do mundo* e/ou *lei do lugar*.<sup>2</sup>

Afirmar positivamente que estamos *desfronteirizados* constitui um modo de compactuar com a expansão imperial do mercado, do progresso, da representação monocêntrica de um poder (*lei do mundo*), enfim, que põe, hierarquicamente, no topo, o econômico, a acumulação de padronizações seriadas, elaboradas sob o primado de papéis moedas - nacionais ou de blocos de nações - que pretendem estender as suas fronteiras - em detrimento das demais - para todo o globo.

Nesse sentido, construir significações, como se não houvessem mais fronteiras para nada, talvez seja o modo mais eficiente para se contribuir com a hegemonia de uma única fronteira: a fronteira fundamentalista da produção seriada, e imperial, da globalização dos particularismos econômicos, culturais, geográficos, midiáticos, e outros que tais.

Conceitos, idéias e vocábulos como *disseminação*, *desterritorialização*, *diferença*, *espetáculo*, *fractais*, *descentralização*, *mundialização*, *internacionalização*, *circulação*, minorias, hibridismo, o lugar da cultura, tão em moda, podem (a despeito de pretenderem representar diferenças e de se figurarem como *modernos*, *pós-modernos*) estar sendo ideologicamente cunhados para substituir, como palavras-fetiche - e não sem

---

<sup>2</sup> Assim diz Milton Santos: “Nesses espaços da horizontalidade, alvo de freqüentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é o seu próprio, localmente constituído. É assim que se defrontam a *lei do mundo* e a *lei do lugar*. Cf. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, p. 269.

arrogância – termos politicamente referenciais, tais como dominação, opressão, injustiça, luta de classes, concentração de poderes totalizadores e totalitários

Assim, *desfronterizar* pode ser - estou quase certo disso - um modo de indiferenciar, ao invés de diferenciar, sob a égide do território, da territorialização ampliada de poderes centralizados. .

No campo das partilhas dos poderes, nenhum conceito - prática, idéia ou argumento - está absolutamente mundializado, uma vez que todos eles, e muitos outros, por mais que se difundam virtualmente, por mais que pareçam descorporizados, onipresentes; todos eles, enfim, alimentam representações e apresentações específicas, as quais beneficiam uns e prejudicam muitos.

Todo conceito, seja lá qual for, regula-se através da posse de múltiplas fronteiras: laboral, visceral, carnal, sexual; simbólico-cultural e simbólico-econômica.

A questão de base, nesse sentido, deixa de ser a da *desfronterização*, para se transformar em *hiperfronterização*. Um argumento *hiperfronterizado* constitui-se como território escrito pela posse de distinção simbólico-econômica na partilha política dos corpos. Por outro lado, um conceito dado será mais *desfronterizado* (menos hiperfronterizado) na medida em que estiver mais despossuído de referências socialmente valorizadas. Nesse caso, tratar-se-á de conceitos cuja posição social relativa é mais difícil de ser determinada.

Embora no âmbito da sóciolingüística, na passagem abaixo, Maurizio Gnerre, a meu ver, ilustra bem o que exponho:

Os grupos sociais que mantêm poucos contatos com a variedade padrão da língua, que usam e produzem pouco material escrito, são mais difíceis de ser controlados, uma vez que pode faltar a eles um instrumento poderoso para determinar sua posição social relativa. Isso num mundo “democrático”, em que outras importantes marcas sociais podem ser reduzidas. (GNERRE: 1991, p. 11)

Num mundo “democrático”, a globalização cultural, econômica e social é sobrescrita pela posse fronteiriça de muitas marcas sociais: a variedade - oral e escrita - da língua padrão, a detenção tecnológica de trânsito institucional, automobilístico, aéreo, informacional; a visibilidade midiática; o acesso restrito / irrestrito aos bens de consumo e a culturalização generalizada das diferenças, e inclusive das econômicas, como forma de inclusão estética e simbólica, de naturalização, paradoxalmente, pela cultura, da tragédia da fome, da miséria e de toda sorte de violência.

Hoje, mais do que nunca, a cultura é convocada para naturalizar as instituições, os discursos, os saberes e as práticas, eis o supremo cinismo de nossa época.

No regime dos latifúndios midiáticos, que é o nosso, a cultura - e não me refiro a um tipo específico de cultura, como a de massa, apenas - cumpre o papel de fórum aberto das soluções imaginárias, de patafísica do mundo contemporâneo, pois é só a partir dela, dos gêneros musicais, literários, filmicos, performáticos, produzidos no interior da Industria Cultural, que é possível protestar, denunciar ou festejar, como um fetiche, a não menos ficcional-publicitária emancipação sexual das minorias.

A cultura é o melodramático, para usar uma expressão de Nestor García Canclini, cenário mágico do império neoliberal. Ela serve para - diante de humilhações, misérias e violências sofridas por negros, mulheres, gays, favelados, islâmicos, mulçumanos, índios; pela vida, enfim, onde quer que pulse - criar a ilusão geral de que é possível um casamento mítico, estilizado, entre o norte e o sul, entre a zona sul e a favela, entre o patriarcado e o matriarcado, o erudito, o popular, desde que tais singelos noivos sejam preparados, editados e estilizados pela igreja dos dominicais programas de auditório.

Em tal situação, quem está verdadeiramente desfronteirizado, mundializado, no mundo, hoje, não é a cultura, que virou moda; não são as identidades ilhadas, porque viraram mercadoria; não é a oposição entre local e global, nacional e mundial, porque se inscreve na lógica de um jogo já jogado, no jogo de quem traduz e de quem é traduzido, de quem se produz localmente, nacionalmente, a partir ou tendo em vista uma agenda que detém influxos e desdobramentos imperiais, para não dizer, agora, globais, como os influxos imperiais do mercado, da fetichização e estetização da periferia, da pobreza, da cultura, cuja conseqüência é a produção em série de mais pobreza, de mais miséria.

Na partilha simbólica dos lugares e das posições, paradoxalmente, o sujeito - e falo também de argumentos, discursos e representações - é tanto mais mundializado e desfronteirizado - e isso não tem nada de bonito, *a priori* - quanto mais o espaço de seu agir, de seu falar e de seu ouvir não se delinham por meio da escrita de sua presença neoliberal e midiática, mas da desposseção mundana da globalizada programação televisiva, o que equivale a dizer que se é tanto mais cosmopolita quanto mais uma presença, qualquer que seja, for ausente ou mal representada pelos oligopólios midiáticos.

E tudo por uma razão muito simples: as tevês - e as mídias neoliberais - são apenas um olho do mundo, de modo que a pretensão midiá-

tica de mostrar todo o mundo, no espaço exíguo dos suportes virtuais, já constitui por si só uma forma de não mostrar os acontecimentos e seres do mundo.

Sob esse aspecto, quase poderíamos dizer que uma presença é intensamente cosmopolita quanto mais não editável ela for; quanto mais for resto e despojo de identidades estilizadas; quanto mais, enfim, estiver pluridisseminada, periférica ao invés de esférica, inscrevendo-se como eletronicamente pobre; de pobre.

Este, o corpo de pobre, ele sim – e espero não o estar estetizando ou culturalizando - constitui um corpo cosmopolita, porque circula indicialmente pelos lugares do mundo, adquirindo uma inconsciência planetária. O pobre, com seu corpo andrajante, *hipofronteirizado*, é o resíduo vivo das mercadorias globais.

Sendo o inconsciente *perlaborizado* do mercado global, o pobre é o inconsciente da mercadoria. Como estas últimas, é onipresente nas cidades globais do mundo, desejando e construindo uma outra cidade, menos homogênea, em sua inscrição global; mais heterogênea em sua fábula de desejo, em sua localidade de *menos-valia*, uma vez que, para o pobre, só resta a sua localidade corporal, errante deserção desfronteirizada.

A propósito, a seguinte passagem, encontrada em *Teoria da Desposseção*, de Silvina Rodrigues Lopes, é significativa:

A multidão dos sem-lugar, na Idade Média, desenha um espaço pulsional, intensamente agitado, onde se reproduzem imagens de ódio e de poder que se agregam a um imaginário de exclusão que parece ameaçar a espécie humana. O espectro do fim do mundo é a materialização dessa ameaça. Porém, nessa multidão recorta-se a figura do pobre, figura do desejo e não do poder. (...) A figura do pobre é uma figura de errância: deserção de um todo, fuga a qualquer classificável. (LOPES: 1988, p.26.)

Como encarnação corporal do fim do mundo, o espectro corporal do pobre, na “Idade Média pós-moderna”, constitui a escrita mais pulsional do planeta, figurando, assim, tanto o fim do mundo quanto o desejo de transmutá-lo. Desse modo, é possível inferir que corpo algum está mais imerso no universo do despojo, da desposseção, da mundialização, do que o do pobre. Também para Milton Santos, os pobres são a *diferença* que potencialmente instituem a *desfronteirização* dos espaços e dos tempos, uma vez que se lançam ao mundo, sob o signo da desposseção material, constituindo o território, por excelência, da carência, da falta, modos diferenciados de inserção nos horizontes relativos ao universo da

tecnoesfera e psicoesfera, espaços que, na sua interação com os sujeitos sociais, configuram subjetividades, organizam desejos.

A propósito, observe o seguinte fragmento:

Por serem “diferentes” os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. (SANTOS: 1997, p.261).

Os pobres relacionam-se, de modo inusitado, com os objetos que constituem o acervo técnico de sua época, uma vez que a sua esfera psicológica (psicoesfera) corporifica o horizonte da despossessão - relativamente ao campo da tecnoesfera -, da sabedoria anárquica de quem se encontra fora e dentro do espaço da oficialidade institucional, delineando, na provisoriedade de seu existir, o texto comunitário, afetivo e estético de uma manipulação tecnológica organizada, paradoxalmente, pela via marginal do não ter e do deslocamento em relação à postura “confortável” e “não pensante” de quem domina e possui essa ou aquela técnica socialmente supervalorizada.

Não quero passar a impressão conservadora, todavia, de que a pobreza é idílica e se encontra bem resolvida no que diz respeito à sua marca definidora: o espectro e frustrante horizonte do não; da fome, da inanição, da morte sempre emergente - e “imergente”- no rosto miserável da vida, da pobreza. O que está em jogo, a meu ver, é a idéia de que há, na pobreza, uma rede de solidariedade que ultrapassa, subverte e desestabiliza a hierarquia dos globalizados e convencionais valores relacionados ao saber, ao possuir, ao fazer.

Em outras palavras, o corpo escrito da pobreza, sua estética da fome e do “feio”, desorganiza e desorienta todos e quaisquer ter, saber e fazer que se estabilizaram através de uma casta, de uma tradição, ou de uma convenção interna, ideologicamente “automistificadora”; nacional e mundialmente.

Nesse caso, resta a pergunta: o ter, o saber, o fazer e o escrever, enfim, do corpo textual e vital do pobre, não informarão (ou o contrário) a mais insubmissa, imprevista e libertadora prática simbólica das singularidades, uma vez que a *aura* mitificante de seu peso simbólico se faz, praticamente, inexistente para o referente dinheiro, consumo, escola, família, numa palavra, mídia, poder?

Como “desidentidade”, a pobreza escreve e é escrita como a singularidade das singularidades; como sendo e se fazendo “esmagadora e fantasmática maioria” daqueles humanos cujo não poder simbólico institui a minoria das minorias. A pobreza é a mãe das minorias e (diversamente das minorias multiculturais, as quais buscam, legitimamente, se inscrever no cânone literário, sexual, étnico) está para sempre - pelo menos enquanto for pobreza - fadada a ficar de fora de qualquer cânone<sup>3</sup>. A pobreza é não canônica e, como tal, constitui a referência que mais desorienta o campo do que é canônico, estabelecido, regulado, inerte.

É por isso que, para aquém das representações estilizadas, a presença do pobre excede a margem, transborda o papel, dialoga com brechas alheias, como se fosse - o corpo do pobre - um código barroco cujas “singularidades próprias de cada mônada prolongam-se em todos os sentidos até as singularidades das outras”<sup>d72</sup>, expressando o mundo inteiro, no fluxo vital de um teatro que burla o real - o dado - com sua escrita corporal da ordem - desordem - do incômodo, com sua racionalidade de fome, de desejo emotivo de transpor os limites dos suportes midiáticos, desfronterizando subjetividades e criando cidades cujo centro se descentraliza, espalha-se e, quanto mais o faz, mais desconecta o cimento ideológico do ponto de vista do código da posse.

Escrever-se como singularidade, portanto, constitui um modo de deixar falar a “voz do pobre”, a voz da despossessão, delineando corpos escritos e *hipofronterizados*, impresso por profusão de escritas alheias, re-singularizando-as a partir do seu lugar no mundo, na vida, escrita des-territorializante que *sobrescreve* o limite, transbordando-o, via local, via corpo, via subjetivação cosmopolita de um outro modo de ser e de estar, no mundo; nem nacional, por si só, nem global, por si só, mas os dois ao mesmo tempo agora, exatamente porque compartilha o aqui, o ali e o acolá; passado, presente e futuro, na compreensão visceral, antropofágica, de que o mundo, os mundos todos, enfim, são - mais que o patrimônio comum de todos - o matrimônio, para jogar ainda com a versão utópico-matriarcal da antropofagia oswaldiana, comum de todos os viventes, sendo esta a nossa herança, independente da época e do local em que se

<sup>3</sup> BLOOM, Harald. *O Cânone Ocidental: os livros e a escola do tempo*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994. / Faz-se relevante observar que, nesse seu texto, Harold Bloom “dialoga” com as minorias - americanas e canadenses, em particular -, assumindo uma postura contrária à expansão do cânone literário, articulado pelas minorias étnicas, sexuais, via inserção, na tradição canônico-literária ocidental, de obras produzidas por grupos e/ou autores minoritários.

DELEUZE, Gilles. *A dobra. Leibiniz e o Barroco*, p. 130



vive, pois simplesmente a terra, até onde sabemos, sempre foi biodiversamente única, no que pese a sua relação e inter-dependência com os outros planetas e astros do sistema solar.

## 2. A literatura, o pobre e o cosmopolitismo

É por isso mesmo, no que toca, agora, à literatura, que a questão da relação entre o nacional e do mundial - de sua independência e de sua autonomia - não passa de mais um sofisma, dentre muitos, uma falsa questão, com suas meias verdades, posto que o que chamamos de literatura nacional, seja na versão romântica, modernista ou pós-modernista, nunca o foi, fundamentalmente, tendo sido, desde sempre, pontos de inflexão de um tecido e uma tessitura nem especificamente nacional e nem genericamente mundial-ocidental, visto que suas malhas ficcionais e poéticas são elas mesmas o resultado de uma construção comum dos viventes, ainda que esses outros viventes não tenham sido agentes da cultura letrada; ainda que não saibam nem ler e nem escrever, visto que, pela via do não, da despossessão ou simplesmente da representação, eles lá se encontram, como fantasmas, como descarnadas presenças.

Nesse sentido, mais que defender um ponto de vista, parece-me mais interessante procurar refletir sobre o motivo pelo qual, em distintas épocas, o nacional constituiu o principal item da pauta, e por que, em certo momento, foi abandonando esse seu status privilegiado, rumo a uma suposta produção literária multicultural, mundial, desfronteirizada.

No capitalismo do desastre, que é o que vivemos contemporaneamente, em que as soberanias todas, as nacionais, as culturais, as étnicas, as sexuais, todas elas, enfim, devem ceder à lógica imperial do mercado dos ricos, seja estetizando-se, seja cooptando-se, seja afirmando-se isoladamente, ou ainda afirmando, simplesmente, que não existe a nação, que esta é uma *comunidade imaginária* e tantas outras equivocadas meias verdades, penso que a despossessão sofrível e agônica do pobre, o roubado por excelência, constitui um importante referencial, tanto mais instigante e desafiador, quanto mais percebemos que, mais do que nunca, a própria literatura é, hoje - para além e para aquém da relação entre arte erudita e popular - despossessão, constituindo-se como uma espécie de pobre simbólico dos discursos culturais do/no mundo da cultura de massa; o nosso.

Com isso, não estou preconizando o retorno à soberania ilhada da literatura, ou a volta da autonomia disciplinar, no caso da crítica literária, ou ainda uma defesa da literatura como arte erudita, supostamente su-

perior aos gêneros artísticos produzidos no interior da cultura de massa; nada disso.

Como uma forma de pobre simbólico do mundo, a literatura, assim como o pobre real, terá tanto mais importância – nacional e mundial – quanto mais afirmar a soberania da luta e do combate, sem precisar de ser uma luta e um combate contra, fundado num engajamento partidário – embora não devamos descartar esta última -, mas uma luta e um combate a favor da despossessão de toda forma de identidade, seja a nacional, seja a mundial, seja a sexual, seja a cultural, seja lá qual for, inclusive a da que tem a chancela da cultura de massa, desde que essa despossessão se faça de forma insubmissa, tendo o princípio da igualdade como inegociável.

Contanto, é claro, que esse princípio, o da igualdade, não se inscreva nem na padronização das singularidades, em nome de uma abstrata razão transcendental, nem na crença voluntarista de que as coisas emergem por geração espontânea, como se o direito à diferença, o igual direito às diferenças, melhor dizendo, valesse por si mesmo, estando, desde sempre, fora da compreensão wittgensteineana de que é “o estado civil das contradições, ou o seu estado no mundo civil... (WITTGENSTEIN:2000,p.174)” a única referência digna de nota a partir da qual construímos, coletivamente, tanto o horizonte comum das igualdades, como a da educação, da saúde, da efervescência epifânica da cultura – e tantas outras –, como o sagrado espaço da produção e das experiências inter-subjetivas; das singularidades.

É por isso que, após a política de terra arrasada, do neoliberalismo do desastre, e, nesse sentido, investigando “o estado civil das contradições e seu estado no mundo civil”, hoje, na era das *corporocracias*, das chantagens do mercado, dos gigantescos oligopólios midiáticos, energéticos, financeiros; é por isso, enfim, que, mais importante que sair dizendo que o Estado/Nação acabou, que tudo está globalizado, é lutarmos por um estado - um país - soberano, no compromisso de garantir o fim da pobreza e o direito ao acesso igual aos bens materiais e simbólicos.

Inclusive e, antes de tudo, o direito ao acesso à algaravia cosmopolita, tropicalista, das localidades mundiais, visto que tudo se constitui como orquestração de singularidades, do erudito e do popular, do nacional e do trans-local, banquetes ficcionais e poéticos que os textos literários - e não apenas - não nos cansam de ofertar, como biscoito fino – ou como delicioso bolo de fubá – para aqueles que têm fome, como os pobres, de outras formas de mundialização e nacionalização.

**REFERÊNCIAS:**

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lurenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

LOPES, Silviana Rodrigues. *Teoria da Despossessão*, Black Son Editores, Lisboa, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

WITTIGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. In. *Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edior, 2000.

